

Avaliação das Medidas de Promoção da Inovação Social

A INICIATIVA PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL (IPIS)



A IPIS é uma iniciativa pública pioneira e experimental no contexto da União

Europeia, que tem o **objetivo** de desenvolver e dinamizar o mercado de investimento social para apoio a iniciativas de empreendedorismo e inovação social em Portugal.

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO



Avaliar a operacionalização dos apoios à inovação social no quadro da IPIS do Portugal 2020 tendo em

vista o reforço ou a melhoria da intervenção planeada, através da avaliação da qualidade da sua implementação e do seu contexto organizacional e da identificação de fatores não antecipados.

METODOLOGIA

A avaliação da IPIS e das MPIS foi conduzida segundo uma metodologia baseada na teoria.

O modelo “mecanismos-contexto-resultados previstos e inesperados” atravessa toda a abordagem, tendo sido realizado um esforço significativo de formulação de mecanismos com procura de evidência para aferir da sua verificação, embora recorrendo por vezes a variáveis indiretas ou “proxies”.

Para responder a estes desafios metodológicos, foi mobilizado um vasto campo de elementos de informação, destacando-se a relevância do processo de inquirição e a operacionalização de uma engenhosa triangulação de informação.



Análise documental



Entrevistas semi-diretivas



Processo de inquirição que envolveu dois inquéritos online a entidades que apresentaram candidaturas à IPIS. O foco do inquérito foi o projeto



2 estudos de caso



Painéis de discussão

ANÁLISE GLOBAL*

Elevada procura manifestada nos CIS e PPI, respetivamente com 141% e 376% da dotação inicial. Procura mais baixa nos TIS (83%).

17 Concursos e 1.169 Candidaturas

575 projetos aprovados

Mais 8 projetos FIS Capital e 2 projetos FIS Crédito. 201 projetos de Capacitação para a Inovação Social (CIS), 356 projetos de Parcerias para o Impacto (PPI), 18 projetos de Títulos para o Impacto (TIS).

Mais 5,2M€ do FIS Capital aprovado (FSE+CN).

75M€ financiamento aprovado (FSE + OSS)

28% Taxa de execução global

CIS apresenta uma taxa de execução de 76%. PPI 24% e TIS 23%.

Mais 3,2M€ FIS Capital. PPI 28,7M€ e TIS 9,2M€.

37,9 M€ Investimento Social

446 entidades Empreendedoras

188 organizações da economia social com projetos de capacitação aprovados. 248 entidades com projetos PPI e 10 com projetos TIS.

Globalmente, cerca de 51% do investimento social foi realizados por Municípios e 26% por empresas privadas.

678 Investidores Sociais

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

62% das entidades inquiridas teve contacto com o ativador regional

Para 85% é muito importante o acompanhamento do ativador

Enorme **relevância do trabalho realizado pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social e equipas de ativação no terreno** associadas no âmbito do que poderemos chamar função acompanhamento, largamente reconhecida pelos *stakeholders* inquiridos e que é indissociável do modo como uma abordagem inovadora e com linguagem e conceitos próprios que não faziam parte do léxico das Organizações da Economia Social (OES) foi progressivamente disseminada.



Incipiente implementação do Fundo de Inovação Social (FIS): tardio lançamento do FIS Crédito e do FIS Capital, no caso do primeiro, devido ao aparecimento de linhas de crédito mais apelativas para as OES, no caso do segundo coloca-se um problema de formação de procura que poderá justificar a realocação de recursos financeiros para o FIS Capital.

Grau de cumprimento de resultados contratualizados é promissor, particularmente nos processos de capacitação. Embora a amostra estudada revele um grau de cumprimento ligeiramente inferior para as PPI e TIS, pode concluir-se que a introdução da lógica de financiamento por resultados, mesmo que combinada com a lógica da inovação, foi bem-sucedida.



A IPIS deve ser considerada um **bom exemplo de abordagem inovadora na programação de FEEI em Portugal**, incluindo aqui a também inovadora modalidade de criação de uma Estrutura de Missão própria. A avaliação concluiu que, face aos resultados alcançados, ao capital de aprendizagem adquirido, à maturação da iniciativa, ao escalamento possível de soluções e à margem de para uma mais intensa transferibilidade para o *mainstream* das políticas públicas justificam a continuidade da IPIS no próximo período de programação.

Três fatores penalizaram a coerência interna da IPIS:

Dificuldades na concretização da sequencialidade desejável no corpo central de instrumentos CIS, PPI e TIS

Número reduzido de avisos para apoio autónomo a operações de capacitação

Alguma desconexão entre o corpo central de instrumentos e o FIS.

90%

Sentimento de pertença a um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo Social

Este elevado sentimento de pertença não significa estarmos em presença de um ecossistema já consolidado e com elevada intensidade colaborativa. É a confirmação de um “efeito-clubes” essencialmente explicado pelas condições de génese da IPIS e que justifica, num próximo período de programação, medidas para apoiar especificamente a densificação colaborativa do ecossistema e o seu fortalecimento.

Os processos de capacitação apoiados, seja através de candidaturas autónomas, seja através de PPI com componente de capacitação, surgem associados a ganhos de eficiência na prestação de serviços públicos, visíveis sobretudo quando é possível evidenciar poupanças de recursos públicos nas soluções ensaiadas.

Existência de potencial de transferibilidade de soluções, sendo no entanto necessário trabalhar esse potencial e não associar essa participação a uma disseminação espontânea.



A formação de ecossistemas de base local e sub-regional poderá representar um importante avanço na resposta às necessidades específicas dos territórios. O estudo de caso da Área Metropolitana do Porto, aponta uma massa de projetos apoiados relevante que representa uma importante concentração de recursos na inovação social, embora ainda com fraca densidade colaborativa entre municípios, aquém do esperado e desejável em termos de consistência de ecossistema. Já na região Centro, os casos estudados apontam para o fortalecimento progressivo de ecossistemas de base local, com um elevado potencial de convergência e integração de diferentes instrumentos de política, incluindo o próprio investimento social municipal.

RECOMENDAÇÕES



Recomendações no âmbito da boa prática que a EMPIS configurou:

- ✓ Difusão da boa prática de investimentos a montante da programação em abordagens inovadoras e de criação de estruturas de missão dedicadas;
- ✓ Robustecimento técnico e humano de equipas internas e promoção da especialização no interior das equipas de ativação;
- ✓ Idem de capacitação da EMPIS para intervenção em matérias como constrangimentos organizacionais e financeiros das OES e debilidade do mercado de investimento social privado;
- ✓ Insistência num segundo ciclo de operações de capacitação em candidaturas autónomas, afinando produtos de capacitação, focando a lógica de financiamento baseado em resultados e promovendo a sequencialidade para operações de PPI e TIS;
- ✓ Aposta num conjunto de ações de demonstração apelativas, designadamente de PPI bem-sucedidas e TIS mais inovadores, com divulgação de resultados de potenciais poupanças de recursos públicos;
- ✓ Conceção e implementação de medidas de apoio para foco em processos de inovação social incremental em OES e adaptação progressiva a lógicas de financiamento baseado em resultados;
- ✓ Estabilização de medidas de simplificação administrativa consideradas necessárias para redução dos custos de transação;
- ✓ Criação de grupos de trabalho EMPIS + entidades públicas para avaliação de condições de transferibilidade de soluções com maior poupança potencial de recursos públicos;
- ✓ Revisão das condições de participação de entidades públicas nas operações TIS com elaboração de um manual de boas práticas e resultados a atingir;
- ✓ Promover uma maior abrangência e diversidade de operações de TIS, valorizando a continuidade de investidores sociais mais rotinados com este instrumento;
- ✓ Conceção e implementação de apoios específicos a processos de escalamento de soluções piloto com maior potencial de poupança de recursos públicos;
- ✓ Ações de divulgação no plano interno do reconhecimento internacional que a abordagem da inovação social em Portugal tem experienciado em diferentes organizações, eventos no exterior;
- ✓ Criação de condições de continuidade e maturação para a EMPIS no próximo período de programação.



Recomendações no âmbito do FIS:

- ✓ Definição de novas condições de operacionalização do FIS com revisão do FIS Crédito, sujeito a supressão caso a avaliação ex-ante não identifique vantagens em relação a outras linhas de crédito e correspondente realocação de fundos para o FIS Capital;
- ✓ Agilização do FIS Capital, com robustecimento e especialização progressiva das equipas do Banco de Fomento e melhoria da comunicação com os coinvestidores;
- ✓ Conceção e implementação de ações de capacitação para empreendedores sociais e incremento da procura ao FIS Capital;
- ✓ Adaptação das condições de acesso ao FIS Capital para uma melhor cobertura do ciclo de vida das start-up's sociais;
- ✓ Apoio à mobilização por parte de incubadoras de inovação social de recursos de financiamento de capital para projetos de empreendedorismo social em processos "early stage".



Recomendações em torno de esforço de investigação:

- ✓ Promoção de um conjunto de ações-estímulo a um reforço e generalização de processos de investigação e de produção de conhecimento em torno da inovação social, alargando o investimento inicial que tornou possível a génese da abordagem em Portugal, em domínios como: (i) metodologias de avaliação de impacto; (ii) ciclo de vida de projetos de empreendedorismo social; (iii) culturas organizacionais de OES desfavoráveis à absorção da abordagem inovação social; (iv) modelos de liderança de projetos de inovação social; (v) instrumentos de capital; (vi) inovação incremental e inovação social.



Recomendações no âmbito do robustecimento e densificação colaborativa do ecossistema de inovação e empreendedorismo social (ECSIES):

- ✓ Conceção e implementação de instrumentos de apoio ao robustecimento e densificação colaborativa do ECSIES;
- ✓ Ações de dinamização da participação de investidores sociais privados e de instrumentos de financiamento de capital, designadamente através de avisos específicos;
- ✓ Conceção e implementação de apoios à densificação de ecossistemas de base local e sub-regional, favorecendo a participação de entidades tecnológicas especializadas na promoção do empreendedorismo.

Informação completa do estudo de avaliação disponível em:

Equipa de Avaliação:



Cofinanciado por:

